CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

P A R E C E R   N° 1588/72

Aprovado por Deliberação

em 30 / 10 /1972

PROCESSO -CEE n° 2152/72

INTERESSADO: FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

ASSUNTO : Favorável à contratação como Professor-Assistente-Doutor de Eikite Tetignon- junto ao Departamento de Matemática-Disciplina Física Geral e Experimental.

CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU

RELATOR : CONSELHEIRO LUIZ FERREIRA MARTINS

HISTÓRICO:- O Sr. Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto encaminhou, em janeiro de 1972, proposta de prorrogação contratual do Professor Erkite Tengnon nas funções de Professor Titular junto ao Departamento de Matemática, disciplina Física Geral e Experimental em RDIDP, por prazo indeterminado, pelo regime CLT. A proposta foi acompanhada dos pareceres favoráveis da Congregação e do Conselho Superior da Faculdade.

Analisados pela CESESP os autos retornaram a Faculdade com indeferimento do solicitado por aquele Órgão, que propôs, a celebração de um contrato inicial, com base na Portaria n° 3/72, contra o que se manifesta o interessado através ofício, cuja cópia esteja anexada a fls. 45 do processo 3.026/71 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto.

O candidato pertence ao quadro docente da Faculdade desde 1967, quando foi contratado como Professor Regente, em R.T.P. muito embora o processo de contratação inicial não esteja apensado. Foi o contrato renovado em 30/6/70 pelo Desp. n° 1690 da Secretaria de Educação.

Em janeiro de 1971 foi autoridade pela CPRTI (Decreto 52.330/69) a extensão de RDIDP às funções exercidas pelo candidato.

No início do corrente ano, o candidato obteve o título de Doutor em Ciências, com defesa de trabalho, cuja cópia está instruindo o processo.

FUNDAMENTAÇÃO:- O recorrente licenciou-se pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Campinas - Seção de Matemática, em 1960, tendo realizado alguns cursos de extensão universitária; em 1969/70 frequentou quatro outros ao nível de Pós-graduação, na Escola de Engenharia de São Carlos, mais especificamente na área de Física.

Lecionou em 4 estabelecimentos de 2° grau e em 2 Faculdades, além de colaborar em vários cursos de férias para professores de Física patrocinados pelo PSSC e pela CECISP.

O currículo do candidato, que abrange atividades até 1970, relaciona vários trabalhos de pesquisa em desenvolvimento, bem como a tradução e adaptação de 2 livros didáticos.

Pela análise das atividades do candidato e pelos pronunciamentos da Faculdade depreende-se que o mesmo apresenta condições de permanecer nas funções que já vem exercendo, ou seja de Professor Titular.

Todavia devem ser obedecidas as disposições da Portaria CESESP 3/72, elaborada com a finalidade de uniformizar a carreira docente nos estabelecimentos da rede isolada de ensino superior do Estado, enquadrando o pessoal de conformidade com os títulos universitários. A fim de evitar prejuízos de ordem económica aos docentes em exercício de funções em graus superiores aos seus títulos, a citada Portaria faculta a designação dos interessados para funções que já vinham exercendo, com remuneração correspondente às mesmas.

Assim sendo, analisando o mérito e não o aspecto jurídico do presente caso, sou de parecer que deve o interessado ser contratado segundo seu título universitário, como Professor-Assistente-Doutor, podendo ser designado para as funções de Professor Titular pelo prazo máximo de 3 anos, com direito a remuneração equivalente a ref. MS-3 acrescida da diferença salarial existente entre essa referência e a MS-6, de abordo com itens III, IV e V do artigo 32 da Portaria 3/72 da CESESP.

Cumpre ressaltar que, em se tratando de renovação contratual do docente com a Faculdade pela segunda vez, sob regime da CLT, poderá o presente contrato vigorar por prazo indeterminado, devendo, porém, a designação para as funções de Titular e conseqüente remuneração, obedecer ao prazo máximo de 3 anos estipulado pela Portaria 3/72 da CESESP.

Em 21 de setembro de 1972.

a) Conselheiro Luiz Ferreira Martins - Relator.

A Câmara do Ensino do Terceiro Grau, em sessão realizada nesta data, após discussão e votação, adotou como seu Parecer a conclusão do voto do nobre Conselheiro.

Presentes os nobres Conselheiros:- Luiz Ferreira Martins, Moacyr E. Vaz Guimarães, Olavo Baptista Filho, Oswaldo A. Bandeira de Mello, Wladimir Pereira, José Augusto Dias.

Sala das sessões, em 2 de outubro de 1972.

a) Conselheiro Paulo Gomes Romeo - Presidente.